

Movimento de expansão agropecuária: uma análise histórica do seu desenvolvimento na Região Sudeste paraense

Emílio Campos Mendes¹
Evaldo Gomes Júnior²

Resumo: O objeto do artigo é a expansão agropecuária no Sudeste do Pará e suas consequências na capitalização das terras. Será demonstrado, por meio de análise histórica do período de 2000 a 2016 e com base em autores que discute a região e dados secundários, o avanço da produção agropecuária na região. A análise evidenciou que o Sudeste paraense se insere no comércio internacional e que suas terras estão em um processo de capitalização por meio da especulação e da produção de *commodities*. Portanto, esse avanço da fronteira ocasiona o crescimento do mercado de terras na região, permeado por conflitos entre povos tradicionais e grandes latifundiários, pois se estabelece um processo de integração econômica que não integra a sociedade regional em todas as suas vertentes e faz com que a região permaneça dependente do setor externo.

Palavras-chave: Estrutura agropecuária, Fronteira agrícola, Integração regional, Sudeste paraense.

Agricultural expansion movement: a historical analysis of its development in the Southeast Region of Pará

Abstract: The object of the article is the agricultural expansion in the Southeast of Pará and its consequences on the capitalization of the lands. It will be demonstrated, through historical analysis of the period from 2000 to 2016 and based on authors who discuss the region and secondary data, the advance of agricultural production in the region. The analysis showed that the Southeast of Pará is part of international trade and that its lands are undergoing a process of capitalization through speculation and the production of commodities. Therefore, this advance of the frontier causes the growth of the land market in the region, permeated by conflicts between traditional peoples and large landowners, since a process of economic integration is established that does not integrate regional society in all its aspects and causes the region remains dependent on the external sector.

Keywords: Agricultural structure, Agricultural frontier, Regional integration, South-east of Pará.

Submetido em: 09.12.2019; aprovado em: 23.12.2020

1. Introdução

A expansão da agricultura de forma itinerante no Brasil é um processo histórico. Esta expansão para a produção sempre foi designada a atender as demandas do mercado externo, levando a criar raízes profundas no latifúndio monocultor. O modelo de desenvolvimento

¹ Mestrando do PPGPA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; e-mail: emiliomendes91@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp, Professor do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); e-mail: gomesjr.to@gmail.com

agrário adotado no Brasil molda um certo autoritarismo patronal no meio produtivo e político. A questão agrária não é discutida de forma ampla, e não há sentido em realizar uma reforma agrária quando a forma de produção atual é efetiva para acumulação de capital.

A terra é caracterizada, na produção capitalista, por ser um bem natural não reproduzível, participa da produção capitalista por meio de seu uso para o desenvolvimento de atividades produtivas, são elas: pecuária, agricultura, mineração e construção civil. Com o avanço da fronteira agrícola a terra se torna um instrumento de renda para aqueles que possuem, pois o processo de desenvolvimento capitalista, da produção de *commodities*, necessita da apropriação de novas áreas de terra para a produção.

Com base no processo de expansão agrícola nas áreas que se considera fronteira de produção, este artigo objetiva analisar a expansão da estrutura agropecuária que se formou no Sudeste do estado do Pará, no período de 2000 a 2016. A ocupação desta região é intensificada a partir da década de 1970, com as políticas de desenvolvimento a partir da integração e colonização, promovidas pelo Estado, tendo como principal incentivo a disponibilização creditícia. Neste sentido, o artigo parte da hipótese de que a agricultura de pequeno e médio porte vem perdendo espaço para o grande produtor, que está cada vez mais se inserindo na produção agroexportadora, constatando que há uma expansão produtiva no sudeste paraense por meio da ocupação de grandes áreas, por grandes produtores e tão somente para atender o setor exportador. Desde o ciclo de alta dos preços das commodities, em 2002, há uma expansão das pastagens para criação de gado e plantações agrícolas, principalmente para a produção de soja.

Para tanto, se buscará avaliar a integração dessa região com a produção do restante do país, descrevendo o desenvolvimento do setor agropecuário por meio da sua produção, seu mercado consumidor e suas vias de escoamento, bem como uma análise das formas de apropriação fundiária para a produção pecuária e agrícola na região. Também se fará uso de dados secundários para chegar ao objetivo do artigo, analisando dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Produção Agrícola Municipal (PAM); Pesquisa Pecuária Municipal (PPM); e dados sobre o preço de terras do Informa Economics IEG – FNP.

Para tal questionamento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira apresentará um panorama da integração da região do sudeste paraense da produção nacional voltada para o setor externo e a expansão da sua atividade produtiva. A segunda seção irá analisar como se deu a construção da apropriação fundiária dos pequenos, médio e grande produtores no sudeste paraense e a evolução do uso da terra como mercadoria capitalizada.

2. Integração do Sudeste paraense na produção da agropecuária nacional

2.1 Agricultura moderna no contexto do neoextrativismo

Com a ascensão de grandes países subdesenvolvidos, no início do século XXI, em especial a China, que por meio de sua crescente demanda por *commodities*, levou ao crescimento de seus preços e da oferta de alimentos por países de produção especializada, como o Brasil e Argentina. Bredow et al. (2016) afirmam que países especializados na produção e exportação de *commodities* buscaram se beneficiar deste ciclo de alta, a fim de acelerar seu crescimento com a absorção da renda gerada.

Tabela 1 - Algumas commodities produzidas pelo Brasil, quantidade produzida e efetivo do rebanho bovino

Commodities	Ano			
	2000	2005	2009	2016
Soja (t)*	32.820.826	51.182.074	57.345.382	96.394.820
Rebanho bovino**	169.875.524	207.156.696	205.307.954	218.190.768
Minério de ferro (t)*	274.135.731	376.195.336	406.933.947	559.508.816

Fonte: Elaboração Própria. (*) toneladas, (**) efetivo total.

Enquanto a Tabela 1 apresenta o aumento da quantidade produzida pelo Brasil das commodities de soja, rebanho bovino e minério de ferro, a Tabela 2 apresenta o crescimento do consumo chinês por essas mesmas commodities. Nota-se que os três produtos apresentam rápida expansão na sua quantidade produzida, em especial a produção de soja que triplicou no período. Na Tabela 2 percebe-se também a expansão do consumo chinês por essas commodities e o valor que a exportação desses produtos gera para o Brasil. Os dados de exportação de soja para a China, segundo o site do Comex Stat, apresentam valores a partir do ano de 2012, mas esta commodities em 2016 já apresenta um valor de exportação duas vezes maior que a exportação do minério de ferro.

Carvalho (2012) enuncia que o aumento da produção agrícola é para atender à crescente demanda por alimentos e produtos primários dos países subdesenvolvidos. Segundo Ploeg (2008) neste momento, assiste-se a ascensão de um regime alimentar caracterizado pela intensificação tecnológica da produção agropecuária e pela instabilidade dos preços internacionais dos alimentos, ocasionada pela liberalização dos preços e mercados de alimentos no mundo, aliada à consolidação de impérios alimentares. Bredow et

al. (2016) também destaca que a longo prazo há um menor potencial de crescimento da renda entre as *commodities* devido à volatilidade³ em que os preços estão expostos.

Tabela 2 - Quantidade exportada para China das principais commodities e valor gerado

Ano/Commodities		Soja	Minério	Carne bovina
2016	Valor FOB (US\$)	14.386.114.595	7.202.755.263	702.766.334
	Toneladas	38.563.909.133	212.807.993.629	164.754.034
2009	Valor FOB (US\$)	-	7.167.113.502	2.804.175
	Toneladas	-	158.341.825.180	1.033.086
2005	Valor FOB (US\$)	-	1.242.540.969	152.722
	Toneladas	-	50.257.364.660	106.682
2000	Valor FOB (US\$)	-	175.976.879	310.795
	Toneladas	-	11.655.925.820	372.931

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat.

Os países da América Latina que, em sua maioria, apresentam as condições propícias para o capital na produção de várias *commodities*, como extensão de terras, recursos hídricos, e topografia adequada em várias regiões, são considerados potências para a expansão da agromineral. Estes países aproveitaram essas condições para intensificarem o padrão de inserção no comércio internacional nos termos do modelo neoextrativista. Conforme Gudynas⁴ (2012), neoextrativismo trata-se de processos desencadeados a partir de políticas públicas, apresentado pelos governos progressistas, focado no crescimento econômico por meio da apropriação de recursos naturais, que apresenta pouca diversidade com uma inserção dependente no mercado internacional. Este conceito, de acordo o autor, pode, por exemplo, ser atribuído as atividades agrícolas, na qual há uma forte extração de recursos naturais para a produção, sendo definido por ele como extrativismo agrícola.

De modo geral, os tipos de setores econômicos e sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas de determinado país e região gera formas particulares de reprodução do capital. É o que Osório (2014) chama de Padrão de Reprodução do Capital. No Brasil e nos demais países da América Latina, nas quatro últimas décadas, foi intensificado um tipo específico de inserção na divisão internacional do trabalho em que se priorizou a formação de centros regionais de produção de *commodities*: minerais, agrícolas e pecuárias. Osório (2014)

³ A teoria da deterioração dos termos de troca busca explicar a armadilha de inserção das economias dependentes no comércio internacional, sendo está uma categoria abordada por diversos estudiosos da CEPAL, mas que já era trabalhado por Prebisch (1943) em textos anteriores ao conjunto das abordagens apresentadas pela CEPAL. Para Prebisch, a deterioração ocorria tanto pela elasticidade-renda quanto pelos ciclos econômicos que passavam os países (COUTO, 2017).

⁴ Gudynas (2012) afirma que, mesmo causando impactos sociais, como a desapropriação de povos tradicionais, os governos progressistas, se apropriam do neoextrativismo, pois este desempenha funções ativa no combate à pobreza, além de manter os países no comércio internacional.

chama este período, comumente estabelecido como fase neoliberal do capitalismo internacional, de padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Não seria distinto o que ocorre em pleno Sudeste do Pará, em que a integração da região com a economia nacional e mundial ocorre por meio da intensificação da produção agropecuária mineral.

Não há intencionalidade por parte dos governos, dos capitais nacionais, em diversificar os processos de acumulação interno para outros setores industriais, mas de se apropriar das formas de acumulação existentes, dado que estas formas de produção, primário exportador, vem proporcionando uma maior atuação no mercado internacional gerando uma quantidade expressiva de excedentes, o que possibilita atender parte das demandas das classes subalternas e conciliando com a expansão do agronegócio. O que existe é, de acordo Gudynas (2012), uma nacionalização de parte dos recursos, que são destinados as políticas públicas de cunho social, reproduzindo os processos produtivos do capitalismo que tem como o foco principal dos países a competitividade no cenário internacional.

Historicamente, a estrutura fundiária e a política agrícola, adotada pelo Estado brasileiro, garantem o domínio do capital e da grande propriedade sobre o meio rural para a produção exportadora de commodities, ou seja, o desenvolvimento adotado pelo Estado não utiliza recursos naturais de forma sustentável. Segundo Buainain et al. (2013), a trajetória de modernização⁵ baseada em padrões tecnológicos que o Brasil seguiu, o levou a um desenvolvimento agrário que estimula a economia agrícola para um desempenho, essencialmente, capitalista, somente possível graças aos sistemas de crédito rural subsidiado, demonstrando a agricultura moderna tal como a conhecemos hoje.

Como foi exposto, Buainain et al. (2013) afirmam que há uma agricultura moderna, com alto padrão tecnológico e que modificou a atividade agropecuária no país. Porém há uma contradição em seu argumento, pois o processo de expansão e ocupação pouco se modificou ao longo dos anos. Mattei (2014) destaca que até a década de 1990 ocorreram os maiores índices de expansão da concentração de terras, deixando em evidências os grandes latifundiários que acumularam capital e posteriormente investiram na expansão das propriedades rurais. Este autor ressalta também que os espaços de terra possuem grande valor financeiro de capital, não podendo a expansão da produção e do capital depender apenas de investimentos em máquinas e insumos agropecuários.

⁵ Para Mattei (2014), a acumulação da agricultura brasileira seguiu a trajetória da modernização agrícola iniciada na década de 1960, se estendendo até 1980. Nos referenciamos à discussão sobre modernização agrícola sem, entretanto, nos apropriarmos dela de maneira reificada. A modernização é aqui entendida como um mecanismo também ideológico de racionalização das contradições do capitalismo. A técnica é dada pelas condições necessárias à reprodução capitalista.

Com a crescente necessidade de expansão da área cultivada, a expansão da fronteira agrícola se destina ao interior do país, como é o caso do Sudeste paraense. Este movimento provoca um aumento na migração dos pequenos e médios produtores rurais, que não conseguem se manter no sistema, pois este se constitui de uma produção da agricultura familiar não mecanizada, que não atendem as demandas do setor externo.

O forte crescimento dos preços das commodities no mercado internacional, acompanhado das transformações econômicas que contribui para a expansão da fronteira agrícola, ajudam a compreender as condições que guiaram o Sudeste do estado do Pará a um padrão de produção semelhante às regiões mais dinâmicas do Brasil e dos países da América Latina. Conforme Michelotti (2008), o processo da frente de expansão da pecuária em direção a Amazônia, alcançando primeiro o Sudeste paraense, tem seu início ainda no fim do século XIX, com o objetivo de tornar a região mais produtiva, se diferenciando da expansão que ocorre atualmente. Atualmente, na região, se busca a intensificação de capital por meio de uma produção mais capitalizada.

2.2 Expansão produtiva do Sudeste paraense

Carvalho (2012), considera que a integração nacional só se dá com a expansão da fronteira agrícola. Segundo Becker (1985) a fronteira amazônica é considerada uma região estratégica para a expansão do capital. De acordo Harvey (2004), um meio de absorver excedentes produtivos é através da expansão geográfica e reorganização espacial. O autor ressalta que a expansão geográfica requer certos investimentos em estruturas físicas e sociais.

A partir dos entendimentos mais gerais aos mais específicos acerca da expansão da produção capitalista no espaço, temos condições de analisarmos o contexto histórico de expansão produtiva no Sudeste paraense. O Estado, como ator social histórico, garantiu a expansão geográfica da região por meio de investimentos em infraestrutura de transporte. Michelotti (2008) define a ocupação do Sudeste paraense por grandes fazendeiros que obtiveram subsídio de instituições como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Com o Estado garantido investimento em infraestrutura, os excedentes dos capitalistas foram destinados a expansão geográfica da produção exportadora, como apontado por Harvey (2004). Com isso, o processo de expansão da fronteira agropecuária alcança os espaços amazônicos. Chegando primeiro as extremidades do Sudeste do estado do Pará e avançando. Como primeira evidência dessa expansão se apresentará alguns dados da produção agropecuária.

A Tabela 3 nos mostra a quantidade produzida de soja, no Sudeste do Pará, desde o início dos anos 2000 até 2016, onde houve um aumento da produção dessa commodities

agrícolas. De acordo com dados do IBGE (2018), a Tabela 3 **Tabela 3** apresenta as principais cidades produtoras de soja na mesorregião do Sudeste paraense.

Tabela 3 - Produção de soja no estado do Pará, na mesorregião do sudeste paraense e em alguns municípios do Sudeste paraense (2000 – 2016)

Cidade/Ano	Quantidade produzida de soja (T)			
	2000	2005	2010	2016
Pará	2.602	204.302	243.616	1.304.598
Sudeste paraense	2.157	91.959	164.312	1.115.559
Paragominas	1.155	20.970	71.820	337.138
Dom Elizeu	–	13.200	26.550	231.000
Ulianópolis	180	16.779	31.312	151.800
Rondon do Pará	–	–	1.155	120.000
Santana do Araguaia	–	29.700	18.450	160.800

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE-SIDRA.

De acordo a Tabela 3 o aumento, em todas as cidades citadas, ocorreu substancialmente ao longo de apenas dezesseis anos. Em Paragominas, segundo IBGE (2018), entre 2000 e 2010 houve um aumento de mais de 6.000% na quantidade produzida desta cultura, de 2010 a 2016 cresceu em mais de 250 mil toneladas, da produção nessa cidade, atingindo durante todo o período uma taxa de crescimento a 49,6%. Ulianópolis atingiu a taxa de 52,4% desde o início da série, enquanto Dom Elizeu e Santana do Araguaia cresceram, respectivamente entre os anos de 2005 e 2016, a taxas de 29,7% e 16,6% ao ano. Já Rondon do Pará sua produção entre 2010 e 2016 alcançou uma taxa de 116% de crescimento nesse curto intervalo de tempo. Nota-se que desde o início do período analisado o sudeste paraense já era responsável por quase toda soja produzida no estado. Segundo Gomes Júnior (2015), esse período favorável da produção pode ser explicado devido ao efeito China e ao aumento do preço das commodities no mercado internacional.

O Brasil possui hoje o segundo maior rebanho bovino do mundo, que corresponde a 22,2% do efetivo mundial. A análise da Tabela 4 revela um crescimento no efetivo total de bovinos no estado do Pará. Em dezesseis anos a quantidade de animais quase que dobrou, tendo uma taxa de crescimento de 4,4% ao ano. Esse número representou em 2016 cerca de 9,4% do rebanho bovino de todo o Brasil, que possuía mais de 218 milhões de cabeça naquele ano. Destas mais de 20 milhões de cabeças de gado que se contabilizou no estado do Pará, em 2016, cerca de 68% se localiza na região do sudeste paraense, demonstrando que parte da região se encontra, conforme Gomes Júnior (2015), com sua primeira forma de ocupação

capitalista permanente por meio da criação bovina. Domingues e Bermann (2012) afirmam que a expansão da fronteira se estabelece por meio da produção de gado e posteriormente dá lugar a agricultura mecanizada.

Tabela 4 - Efetivo total de bovinos no Pará, Sudeste paraense e algumas cidades da mesorregião (2000-2016)

UF, mesorregião, municípios	Ano			
	2000	2005	2010	2016
Pará	10.271.409	18.063.669	17.633.339	20.476.783
Sudeste paraense	6.991.753	12.613.543	11.701.754	13.947.897
São Félix do Xingu	682.407	1.581.518	2.022.366	2.200.338
Marabá	195.000	759.651	600.000	1.072.999
Novo Repartimento	130.540	451.503	631.504	970.262
Cumaru do Norte	195.110	549.673	638.983	808.396
Santa Maria das Barreiras	351.005	596.981	475.231	627.470

Fonte: Elaboração própria com base na PPM/IBGE.

Observa-se também que dos 39 municípios da região cinco deles comportam, juntos, quase 6 milhões de cabeças de gado. Dentre os cinco destaca-se São Félix do Xingu que saltou de mais de 680 mil cabeças para mais de 2 milhões em dezesseis anos, um crescimento de 222,44%, fazendo com que o município apresentasse o maior rebanho bovino do Brasil. O município de Marabá saiu de 195 mil para mais de 1 milhão de animais, tendo um crescimento de 11,25% ao ano. As outras três cidades, respectivamente de acordo a Tabela 4, apresentaram um crescimento de 13,35%, 9,29% e 3,70% ao ano.

Gomes Júnior (2015) afirma que a região Norte internaliza as frentes de ocupação da agropecuária no Brasil. E, em ambas as tabelas se confirma que o Sudeste paraense está inserido em zonas de acumulação da região Norte, que apresenta avanço da fronteira agropecuária, quando se analisa a evolução da quantidade produzida de soja e a evolução da quantidade de bovinos presentes na região. Essa expansão mostra que a região ainda se caracteriza com área de avanço da fronteira agropecuária no país, para que este se mantenha competitivo no mercado externo.

Nos anos recentes, os primeiros passos de ocupação capitalista da região Norte, por meio da agropecuária, se deram de forma a integrar a região ao resto do país por meio de uma dinâmica que promoveu o desenvolvimento. Com a expansão da produção na região, principalmente para atender ao setor externo, cria-se a necessidade de novas vias de escoamento⁶ dessa produção que esteja mais próxima da região, para que possa reduzir os

⁶ Macedo e Gomes Júnior (2019); Meiners Mandujano e Lemos Alves (2018) trazem a discussão sobre a importância de se estabelecer portos no arco norte, para o escoamento dessa produção, e apresentam o questionamento da expansão da fronteira agrícola não ocorrer mais como uma forma de integração do país

custos de transportes visando um maior excedente produtivo, melhorias na infraestrutura tanto das rodovias como nos portos se tornam essenciais para tais objetivos.

Vale ressaltar que para o processo de ocupação capitalista da região estudada, foi de suma importância, conforme Mandujano e Alves (2018), a implantação da Rodovia Transamazônica e a construção da linha de ferro Carajás, que foi destinada prioritariamente para o transporte de ferro até o porto de Itaqui em São Luís do Maranhão, para posteriormente ser enviado ao setor externo. Frederico (2015), aponta que a construção e investimento em infraestrutura de transporte e armazenamento tem como objetivo facilitar a logística de escoamento de grãos, a exemplo: BR 163, que liga Cuiabá - MT até o porto na cidade de Santarém – PA, a ferrovia ferro-norte, ferro-sul e o porto de Itaqui – MA.

Segundo Alves (2014), a partir da década de 1970 volta-se os olhares para as áreas que poderiam articular melhor os interesses econômicos, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste. Com terras de baixo custo para os grandes produtores, orienta-se o aumento da produção agrícola para a exportação, utilizando-se do argumento de trazer um desenvolvimento para essas regiões, que só foi possível devido a disponibilidade de novas áreas para a valorização do capital. O avanço da fronteira agrícola ocasiona em alterações do uso da terra, substituindo pastagens por plantações de grãos e intensificando o uso do solo a fim de aumentar a produtividade. Com isso, nota-se a continuidade da expansão devido a existências de novas áreas de terras ainda não exploradas (MACEDO e GOMES JÚNIOR, 2019).

Com o avanço dos eixos rodoviários e dos portos do Arco Norte, onde viabilizaram-se portos e estruturas de escoamento mais próximos do setor externo, deixa claro que a própria lógica de expansão está criando outras formas de escoamento da produção e não mais com o intuito de integrar está com as outras regiões mais ao Sul do país.

Após analisar o comportamento da produção agropecuária no sudeste paraense, como mecanismo de integração da região ao resto do país, percebe-se que está se voltou para o setor externo. Ainda ocorre o avanço da fronteira agrícola, pois é por meio da expansão de novas áreas cultivadas que os grandes latifundiários se sentem confortáveis e garantem a expansão de sua produção. Mas, nota-se também, que o avanço de investimento na infraestrutura de transporte como os eixos rodoviários e portos marítimos está tornando, não só o Sudeste paraense, mas a região Norte do país, independente, em termos de logística, das outras regiões do Brasil.

para fins de industrialização centralizada no avanço produtivo de São Paulo, mas sim como forma de arrecadar maiores excedentes diretamente via setor externo, e deixando claro que há um desacordo entre a produção agropecuária atender o setor interno ou externo.

3. Evolução da apropriação fundiária para pecuária e agricultura na região do Sudeste Paraense

3.1 Processo de apropriação de terras

Segundo Michelotti (2008), no final do século XIX dá-se início à ocupação de maneira mais intensificada para fins de extração e produção de terras na região do Sudeste paraense, principalmente na cidade de Marabá, com o avanço da frente de expansão da pecuária. Com o aumento da produção extrativista de castanha a elite de comerciantes da região começa a pressionar as autoridades pelos arrendamentos dos castanhais. Por volta de 1950, com as modificações da lei de aforamento, permitiu-se o arrendamento perpétuo promovendo a formação de pastagens associadas ao extrativismo. Já a partir de 1970 a criação de gado assumiu maior importância levando a substituição dos castanhais por pastagens.

Michelotti (2008) define a ocupação da região em três estratos distintos: lavradores, médios fazendeiros e os grandes fazendeiros, este último recebendo subsídio da SUDAM. Eles tinham maiores facilidades para legalizar as terras ocupadas, levando os lavradores para o interior das terras destinadas à produção, onde havia maior dificuldades de se manter. Para Treccani (2006), a dificuldade de resolver esse problema, gerado pela ocupação de grandes áreas pelos grandes latifundiários, não se dava pelo meio jurídico⁷, pois havia a possibilidade de desconstituir o aforamento, mas sim político. Nenhum governante queria enfrentar as oligarquias que se formaram, dado que até os dias atuais é o poder político e econômico oriundo destas oligarquias que controla parte dos rumos da região.

A posse e distribuição de terras para as classes dominantes se constituía por meio da grilagem, com forte evidência no Sudeste paraense. Este era um instrumento privilegiado de incorporação de novas terras, as chamadas terras devolutas (MANDUJANO E ALVES, 2018). Carvalho (2012), argumenta que a lei na fronteira amazônica tende a atender os interesses econômicas dos grandes latifundiários, onde os direitos sobre as terras, não são validadas no sistema judiciário. Esses mecanismos se tornam um fator para a geração de conflitos, podendo ocorrer dupla titularização, posse ilegal por meio da grilagem, entre outros meios de desapropriação.

Ligado a esse processo de apropriação fundiária, encontra-se, em pleno século XXI, traços da escravidão no espaço rural. De acordo com dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (2019), em 2016 foram encontrados mais de 500 casos de trabalhadores em condições análogas à escravidão no meio rural do Brasil, destes, cerca de 76 casos foram localizados no estado do Pará. Questões como: a contratação de trabalhadores por empresas,

⁷ Treccani (2006) relata que mesmo com as leis de regulamentação da ocupação de terras o que predominava, principalmente, nas áreas mais distantes da capital, como o caso do Sudeste paraense, era a apropriação direta, com mais de um lote por latifundiário, sobre as terras.

que no final do serviço não pagam devidamente seus funcionários; falta de documentos contratuais; moradias inadequadas, demonstra a fragilidade do sistema trabalhista. Para Treccani (2006), há também um aumento da superexploração do trabalho, o grande latifúndio se utiliza do trabalho escravo para consolidar o domínio sobre a terra. A presença do trabalho escravo, representa uma marca trágica deixada desse período.

Mandujano e Alves (2018) também relatam que nas últimas quatro décadas houve um acirramento dos conflitos agrários e ambientais devido o avanço do agronegócio no cerrado brasileiro. Neste sentido vale destacar a importância do papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde 1980 sistematiza os conflitos agrários no Brasil. Esse processo de apropriação e exploração, concerne para o aumento dos conflitos por terra. Segundo a CPT (2018), em 2017 houve 100 conflitos de terras no estado do Pará, envolvendo cerca de 11.074 famílias, sendo que 77 destes conflitos ocorreram no sudeste paraense, envolvendo indígenas, assentados, sem terras e ribeirinhos que sofreram a ação causada por fazendeiros, empresário, mineradora e milícia privada.

Os processos de apropriação, exploração e expropriação dos recursos empregados nas áreas de expansão da fronteira ajudaram a promover o êxodo rural dos pequenos produtores, que tem como apoio, de acordo Prado e Ribeiro (2011), a falta de uma estrutura socioeconômica, que se caracteriza como um fator para a concentração fundiária e a expansão da pecuária. Gonçalves et al. (2018) destaca que os impactos causados por projetos de mineração e suas vias de escoamento da produção em sua grande maioria ocorrem em territórios de comunidades tradicionais, assentamentos etc. o que leva a desencadear conflitos entre os donos do capital e esses povos. No Sudeste paraense não é diferente, o projeto de mineração Serra dos Carajás e sua linha férrea são limítrofes as áreas indígenas e de assentamentos o que vem gerando conflitos em suas questões agrárias.

3.2 A terra como mercadoria

As disputas pelas propriedades de terras na fronteira agrícola se tornam mais intensas na mesma proporção em que os preços dos produtos agrícolas aumentam no mercado externo. As terras se tornam instrumentos de renda pelos representantes do agronegócio. Segundo Treccani (2006), com as construções das linhas férreas e rodovias a terra passou a agregar mais valor, transformando-se em uma mercadoria cobiçada e a Amazônia representa a fronteira para as demais regiões do país, pois ainda há um vasto território. A terra, por ser um bem natural não reproduzível, agrega valor por meio dos seus mecanismos de uso, como a sua utilização para produção, localidade, e sua produtividade apresentada por seu relevo. As Tabelas 3 e 4 demonstra os valores de terras de algumas cidades no Sudeste paraense e Sudeste do país para melhor expressar esse panorama.

Tabela 5 - Preço de terras com pastagem em alguns municípios do Sudeste paraense (2005, 2012 e 2016)

Municípios	A.P.*	Capacidade de produção	Preço de terras (R\$/ha)			
			2005	2012	2016	$\Delta 16/05$
Paragominas	PF**	Alta	750,00	3300,00	5500,00	19,85
Paragominas	PF	Baixa	474,00	1717,00	3000,00	18,26
Marabá	PF	Alta	941,00	3400,00	4983,00	16,36
Marabá	PF	Baixa	431,00	1533,00	3200,00	19,99
Redenção	PF	Alta	1295,00	3500,00	6700,00	16,11
Redenção	PF	Baixa	876,00	1275,00	3500,00	13,41
São Félix do Xingu	PF	Alta	833,00	2983,00	4000,00	15,33
São Félix do Xingu	PF	Baixa	495,00	1000,00	2500,00	15,86
Tucumã	PF	Alta	1412,00	3400,00	5083,00	12,34
Tucumã	PF	Baixa	985,00	1300,00	2967,00	10,54

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do FNP. (*) Atividade produtiva (**) Pastagem formada.

Na Tabela 5 é possível verificar os preços de terras, com produção voltada para a pecuária em cinco município do Sudeste paraense. Todos eles com áreas de pastagem formada que apresenta alta capacidade de produção⁸, que se caracteriza em terras planas onde há maior aproveitamento, podendo ser trabalhada com maior facilidade. Baixa capacidade de produção, caracterizada pelas áreas que apresentam maiores relevos, morros. Nestas há maior dificuldade de utilização da terra ou maiores gastos de manutenção para a criação pecuária, ocasionando em preços mais baixos conforme exposto na Tabela 5. Os cinco municípios têm grande criação de bovinos, trazendo boa representatividade para toda a região.

Todos os municípios apresentaram variação positiva dos preços de suas terras entre os anos de 2005 e 2016, Paragominas apresentou a melhor variação para terras de alta capacidade de produção, vale notar que em apenas onze anos as terras desse município saltaram de R\$ 750,00 por hectare para R\$ 5500,00 um aumento de R\$ 4750,00, evidenciando a valorização do território no Sudeste paraense em um curto tempo. Apesar das áreas de baixa capacidade de produção, apresentarem variação inferior em 1,59%, em termos monetários há uma considerável diferença. Para o ano de 2005 constou R\$ 276,00 de diferença, e essa cresceu para R\$ 2500,00 em 2016, deixando evidente que áreas de terra

⁸ A classificação entre alta e baixa capacidade de produção é definida aqui pelo FNP.

plana agregam maiores valores por apresentar maior facilidade na manutenção de seus pastos.

Examinada as informações acerca dos preços de pastagem formada no município de Marabá observa-se que este município, ao contrário dos outros, apresentou variação maior para as áreas de baixa capacidade de produção, com diferença de 3,63%. Em 2005 o município de Marabá apresentava a maior diferença em termos monetários entre a baixa e alta capacidade de produção, com R\$ 510,00 de diferença, em 2012 saltou para R\$ 1867,00 e 2016 para R\$ 1783,00, esse alto valor das terras com baixa capacidade de produção pode ser explicado pelo crescente efetivo bovino do município. Mesmo esse município apresentando a maior variação para as áreas de baixa capacidade de produção o preço do hectare de terra no município de Redenção é ainda mais valorizado, chegando a R\$ 3500,00 por hectare de terras com altos relevos. Para o município de Redenção deve-se observar também que apresenta o hectare de terra mais caro dos cinco municípios, tanto para baixa como para alta capacidade de produção.

O município de São Félix do Xingu concentra o maior número de cabeças de gado do Sudeste paraense e do país, com mais de 2,2 milhões de animais, mas o seu grande número de animais não garante os maiores valores monetários por hectares de terra. Pelo contrário, em 2016 apresentou os menores preços por hectare de terras dos cinco municípios analisados, tanto para baixa como para alta capacidade de produção, um fator a se considerar para apresentar menor valor monetário é o difícil acesso à cidade que se dá por meio da PA-150 e BR-155. Tucumã foi a que demonstrou menor variação para ambas capacidade de produção, mas ainda assim teve crescimento considerável dos preços de suas terras para criação de gado. Esse crescimento nos valores da terra confirma que ainda há uma expansão da fronteira da pecuária em busca de novas áreas de produção.

A Tabela 6 apresenta os preços das terras que são utilizadas para produção agrícola, mais especificamente plantação de soja, os dados disponíveis pelo FNP são apresentados por microrregiões, a Tabela 6 traz os preços de terras da região de Paragominas, que contempla três municípios. Conforme a Tabela 3, esses municípios estão entre as cinco maiores produtoras de soja do Sudeste paraense, ou seja, há representatividade da produção de grãos na região. A Tabela **6** apresenta também o preço de terras de alguns municípios do Sudeste do país, a fim de realizar uma comparação da evolução dos preços de terras entre essas duas regiões. A capacidade de produção dessa região é considerada média em relação as outras regiões mais ao Sudeste e Sul do país.

Como estão inseridos em uma mesma região para o FNP, os três municípios, do Sudeste paraense, apresentaram o mesmo valor e variação para os anos analisados. Constatou-se um crescimento anual de 17,78% entre 2005 e 2016. De 2005 a 2012 o preço do hectare de terra elevou-se 2,9 vezes e dentro de 4 anos (2012-2016) esse valor mais que

dobrou chegando a R\$ 9.417,00 por hectare para a plantação de grãos. Nota-se que em um curto período a terra para o plantio agrega valor muito rápido, este alto valor se dá devido à terra está limpa, pronta para o plantio, de fácil acesso e manutenção para renovação do plantio. Outra característica da terra agregar alto valor em curto período é a facilidade de mudar de produção, seja ela para outra cultura mais rentável ou até mesmo para a composição de pastagem, justamente por já está pronta para o uso da qual o proprietário destinar.

Os municípios dos estados de São Paulo e Minas Gerais, por estarem inseridos na região do país em que os processos produtivos se desenvolveram de forma mais rápida e há mais tempo, apresentaram, já no início do período analisado, na Tabela 6, um expressivo valor monetário em relação aos municípios do Sudeste paraense que tem a mesma capacidade produtiva. A comparação entre esses municípios é possível por estarem inserido na produção de grãos e mesma capacidade produtiva, considerada pelo FNP, logo, contém as mesmas características de relevo, com suas áreas limpas. A diferença se dá pela região que estão inseridos.

Tabela 6 - Preço de terras agrícolas de alguns municípios do Norte e Sudeste do país (2005-2016)

Municípios	A.P.*	Capacidade de produção	Preço de terras (R\$/ha)			
			2005	2012	2016	Δ16/05
Dom Elizeu (PA)	GD**	Média	1557,00	4650,00	9417,00	17,78
Paragominas (PA)	GD	Média	1557,00	4650,00	9417,00	17,78
Ulianópolis (PA)	GD	Média	1557,00	4650,00	9417,00	17,78
Araxá (MG)	GD	Média	8311,00	12000,00	21167,00	8,87
Uberlândia (MG)	GD	Média	6502,00	13667,00	20700,00	11,1
Ourinhos (SP)	GD	Média	9363,00	19167,00	34833,00	12,69
Itapetininga (SP)	GD	Média	9082,00	18833,00	30583,00	11,67
Marília (SP)	GD	Média	6742,00	12833,00	18667,00	9,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FNP. (*) atividade produtiva (**) grãos diversos.

Assim como os municípios do Sudeste do Pará, esses municípios obtiveram valorização monetária expressiva de seus hectares de terra. Observando apenas os altos valores, esses acabam escamoteando o quanto essas regiões vêm se valorizando, mas ao analisar o crescimento dos preços, em termos relativos, percebe-se que há um crescimento maior nas áreas da fronteira agrícola. No município de Araxá (MG) e seu entorno, no ano de 2016, seu valor monetário chega a ser mais que duas vezes maior que os municípios do Sudeste paraense, mas ao longo do período exposto a evolução dos seus preços, quando analisado em termos relativos, se caracterizam como duas vezes menor em relação aos do

Sudeste paraense. Em Uberlândia (MG), o crescimento anual dos preços de terras fora maior que o encontrado em Araxá, chegando a 11,10% entre 2005 e 2016, porém também ficou abaixo do crescimento do Sudeste paraense, sendo inferior em 6,68%.

Os municípios do estado de São Paulo apresentaram crescimento próximo dos de Minas Gerais, o município de Ourinhos que demonstra o maior valor monetário dentre os expostos, foi o de maior crescimento no preço de terras, situados no Sudeste do país, com 12,69%, mas em relação a evolução do preço de terras no Sudeste paraense a diferença foi de 5,09% a menos. A explicação para essa maior taxa de crescimento no Sudeste paraense se dá por ser uma região onde há o avanço da fronteira, a possibilidade de se ter novas áreas para a ocupação produtiva contribui para a evolução dos preços, enquanto no Sudeste do Brasil as áreas já estão ocupadas, o processo produtivo já está consolidado.

Por apresentarem exportação de produção primária, a soja e o gado são menos rentáveis no mercado mundial, portanto, estas só se tornam rentáveis na fronteira devido ao aumento do efetivo bovino e para a soja com a expansão da área cultivada, como foi demonstrado nas tabelas. Por fim trazendo uma maior rentabilidade para os agricultores de grande porte que detêm esse controle. Com o domínio da produção dessas commodities, em uma área que ainda não há completa capitalização de suas terras, cria-se barreiras que interfere na inserção de outras culturas mais rentáveis no comércio internacional.

Essas novas áreas incorporadas na expansão da fronteira expressam baixa capitalização da terra, sendo este um outro fator que pode explicar um valor monetário do hectare de terra bem abaixo do Sudeste do país, como foi exposto na Tabela 6. Ainda na década de 1960, com o início dos projetos de integração e desenvolvimento regional se inicia também os projetos regionais de acumulação do capital, ocasionando em capitalização da terra no sudeste paraense, enquanto no sudeste do país, nesse mesmo período, essas áreas já estavam consolidadas, o processo de capitalização já estava posto, apresentando então maiores valores monetário por suas áreas plantadas.

Conforme Santos (2011), as terras do latifúndio se tornam fundamentais para a capitalização na fronteira, os ganhos não se dão apenas com a produção, mas também com a valorização da terra, sendo utilizada como reserva de valor. Os novos processos de capitalização da terra na fronteira agregam valor a elas, levando em consideração o aumento da procura de novas áreas para fins produtivos. De acordo Carvalho (2012), o surgimento de um mercado de terras é um processo econômico que se insere na fronteira Amazônica através do processo de integração com o desenvolvimento das estradas e o aumento da demanda por commodities do setor primário.

A proposta de integração econômica e regional do país se dá por meio do processo de inserção no comércio internacional, que selecionou e implementou na região do Sudeste paraense o movimento de expansão fundiária, esta que se encontra ligada aos grandes

oligopólios do país, como a JBS, Vale e SLC Agrícola, grandes corporações que detêm parte da produção para exportação do setor agropecuário. Ao perpassar por esses mecanismos de integração, encontra-se a ligação com as vias de escoamento da produção que se originou na região, ainda na década de 1960, e se intensificou, conforme Macedo e Gomes Júnior (2019), com as reivindicações pela utilização dos portos do Arco Norte, pois os investimentos nos eixos logísticos se tornam condição para o barateamento dos custos de transporte.

Após discorrer sobre as formas de apropriação fundiária e demonstrar por meio das tabelas a evolução dos preços de terras para pecuária e agricultura no Sudeste paraense, nota-se, portanto, que a relação entre a expansão da agropecuária e do uso e ocupação da terra formularam os processos de apropriação de terras que ocorreram desde a colonização da região. Sendo ela de forma violenta e desordenada, com uma distribuição da área que só beneficiou os grandes latifundiários, lançando os pequenos produtores para o interior da região ou migrando para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

As políticas de colonização implementadas pelo governo para tentar solucionar os conflitos sobre a terra se torna inviável, pois havia um certo privilégio para “um seleto grupo de amigos que estavam no poder” (TRECCANI, 2006). O governo federal, segundo esse autor, não completou as obras básicas de infraestrutura como estradas, não promoveu, acesso à assistência técnica sobre a produção no solo, levando parte das famílias assentadas na zona rural a venderem seus lotes e migrarem para os centros urbanos e outra parte a se submeter aos trabalhos nos grandes latifúndios, que devido as péssimas condições de trabalhos de alguns se tornavam análogos ao trabalho escravo.

Quando analisado os preços das terras para pastagem e produção de grãos percebe-se que há interesse de aquisição das terras que são consideradas áreas de expansão da fronteira agropecuária. Pois, agregaram valor ao longo dos anos, e esse interesse se torna ainda maior pelas áreas de produção agrícola por estarem localizadas em regiões planas, com pequenos relevos, também por estarem limpas e prontas para utilização seja qual cultura for. Pois há uma evolução da produção agrícola primária exportadora que tem como finalidade manter a demanda do setor externo.

4. Considerações Finais

O avanço sobre a fronteira agrícola no Sudeste do Pará vem se intensificando rapidamente nas últimas décadas. Causando um reordenamento do seu território, por meio de uma urbanização e ocupação dessa área de forma hostil aos povos tradicionais, que já residiam na região, como uma forma de integração ao restante do país. Esses mecanismos de integração nos levam a refletir se este modelo de incorporação da região amazônica via ocupação de grandes áreas de terras para exportação de commodities é viável ao longo prazo.

No período analisado se destaca a formação do modelo de desenvolvimento capitalista capitaneado pelo Estado denominado neoextrativismo, fazendo uso de parte do excedente gerado nas exportações para a manutenção de relativa estabilidade social. O que se percebe, porém, é que antes de ser um pacto pelo desenvolvimento social do país, o que ocorreu foram processos de intensificação de um padrão de reprodução do capital baseado nas exportações de *commodities*.

Especificamente no Sudeste paraense, aprofunda no mercado de terras nos anos mais recentes a lógica de aumento dos preços das terras mais produtivas e com mais infraestruturas em seus entornos. A expansão agropecuária na região articula, portanto, a consolidação de um mercado de terras acessível somente aos médios e grandes produtores, principalmente estes últimos.

Os questionamentos levantados nos proporcionam uma reflexão sobre os processos de integração da região Amazônica. Uma área rica de recursos naturais que está se perdendo com o avanço da fronteira agrícola. A falta de dados, sobre fatores determinantes para entender a região, se torna um limite ao avanço de pesquisas, mas também contribui para estimular pesquisadores a compreender os processos de desenvolvimentos inseridos nesta região, abrindo espaço para pesquisas sobre os processos de financeirização da produção, os meios de concorrência capitalistas entre os capitais que estão se inserindo e os capitais que querem se inserir no território Amazônico. Como as infraestruturas instaladas na região, para o escoamento da produção, se concilia com os processos de capitalização da terra, agregando valor a estes territórios.

Referências

ALVES, V. E. L. Región centro-norte de Brasil: dinámicas territoriales recientes en el campo y en la ciudad. *Cuadernos de Geografía / Revista Colombiana de Geografía* | Vol. 23, n.º 1, ene.-jun. del 2014 | ISSN 0121-215X.

ARAÚJO, T. B. de. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

BECKER, B. (1985). Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 47, n. 3/4, jul./dez, pág. 357-371.

BRASIL. Ministério da Economia (2019). **Inspeção do Trabalho**. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: Mar. 2019.

BREDOW, S. M. et al. O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 25, n. 3 (58), p. 695-731, dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n3art7>>. Acesso em: Out. 2018.

BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola, Brasília*, DF, v. 22, n. 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2X5wmvp>>. Acesso em: Out. 2018.

CARVALHO, A. C. *Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia paraense. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2012.* Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285926>>. Acesso em: Jul. 2018.

COMEX STAT. Estatística de comércio exterior. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>

COUTO, J. M. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº 1 (146), pp. 65-87, janeiro-março/2017.

CPT – *Comissão Pastoral da Terra*. Disponível em: <https://bit.ly/2G67w7L> Acesso em: Mai. 2018.

DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento da Amazônia: da pecuária a soja. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-22, mai.-ago. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2VHj3k8>>. Acesso em: Mai. 2018.

DOS SANTOS V. M. A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira. *Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2011.*

FREDERICO, S. Economia Política do Território e as forças de dispersão e Concentração no Agronegócio brasileiro. *GEOgraphia – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015.*

GOMES JUNIOR, E. Aspectos da agricultura subdesenvolvida como crítica à tese da última fronteira: estudo sobre o Matopiba. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, julho/dezembro 2015, p. 351 a 371. ISSN 2358-4556. Disponível em: <<http://www.revistappr.com.br/index.php>>. Acesso em: Jun. 2018.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 348-395, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesse em: Mar. 2019.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. *Enfrentando Os Limites Do Crescimento. Sustentabilidade, Decrescimento E Prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012.

GTDN – Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza. V. 28 n. 4 p. 387-432. Out/dez. 1997.

HARVEY, D., The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, v. 40, p. 63–87. 2004.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: Jun. 2018.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). *Pesquisa Agrícola Municipal*. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: Dez. 2018.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). *Pesquisa Pecuária Municipal*. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: Jan. 2019.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: Abr. 2019.

MACEDO, F. C. de e GOMES JUNIOR, E. (2019). Padrão de Reprodução do Capital, Território e Infraestrutura de Transportes: Os Casos de Santarém (PA) E Itaituba (PA). *Boletim Goiano de Geografia*, **39**, 1-18.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 52, suppl. 1, p. 105-124, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2G0hvv1>>. Acesso em: Mai. 2018.

MEINERS MANDUJANO, R.; LEMOS ALVES, V. E. Disputas territoriales en la sabana tropical brasileña (cerrado): los campesinos agroextractivistas y el agronegocio en Maranhão y Tocantins. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 76, pp-pp. doi: 10.21138/bage.2527.

MENDES, E. C. Expansão produtiva da agropecuária no Sudeste paraense entre 2000 e 2016: análise da ocupação de terras para produção de soja e criação bovina na região. Trabalho de Conclusão de Curso. 2019. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/jspui/handle/123456789/56>.

MICHELOTTI, F. Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará. 3º Encontro da rede de estudos rurais. 09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB).

OSÓRIO, Jaime. La Nación patrón de reproducción del capital. *Notebooks of Critical Economy*. Ano 1. N°1. 2014.

Ploeg, J. D. v. d. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização; **tradução Rita Pereira** — *Porto Alegre: Editora da UFRGS*, 2008.

PRADO, G. B.; RIBEIRO, H. Pecuarização na Amazônia e consumo de carne: o que está por trás? *Saúde Sociedade*. São Paulo, v.20, n.3, p.730-742, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2Vuqf3b>>. Acesso em: Mai. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

TRECCANI, G. D. *Violência E Grilagem: Instrumentos de Aquisição Da Propriedade Da Terra No Pará*. Belém: Ed. da UFPA; ITERPA 2006.